



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638767 - SP (2021/0002388-2)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
IMPETRANTE : DRAUSIO GUEDES BARBOSA E OUTRO
ADVOGADOS : DRAUSIO GUEDES BARBOSA - SP184641
AELSON APARECIDO BUENO DA SILVA - SP080407
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : JOSE LAUDIMIRO DOS REIS MELO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de JOSE LAUDIMIRO DOS REIS MELO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Agravado em execução n. 0006116-73.2020.8.26.0502).

O paciente está em cumprimento de pena e, indeferido pedido de progressão ao regime aberto, maneja agravo, não conhecido no Tribunal de origem, porque já teria sido a questão decidida em *habeas corpus*.

O impetrante sustenta que há vários equívocos, terminando por deixar o paciente sem efetiva decisão sobre a progressão de regime indeferida no primeiro grau de jurisdição. Aduz que o paciente já teria cumprido tempo suficiente para a progressão; que tem ferida na perna e está incomunicável, não podendo falar com seu advogado. Tem direito a se livrar da prisão, inclusive pela Recomendação n. 63 do CNJ.

Requer, liminarmente, seja deferida a progressão ao regime aberto. No mérito, pugna pela concessão da ordem para ratificar a liminar.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão, pois, como visto, sequer foi a questão conhecida na origem.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 09 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente